

## PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE PRESIDENTE VENCESLAU: ACOMPANHAMENTO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO ORGANIZADA

*Jayson Pires de Assis<sup>1</sup>; Luís Antonio Barone<sup>2</sup>*

- 1- Departamento de Geografia – Curso de Geografia -UNESP – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Câmpus de Presidente Prudente, Rua Roberto Simonsen, 305 – Jardim das Rosas – Pres. Prudente-SP – [assis17@hotmail.com](mailto:assis17@hotmail.com).
- 2- Departamento de Planejamento – UNESP – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Câmpus de Presidente Prudente, Rua Roberto Simonsen, 305 – Jardim das Rosas – Pres. Prudente-SP – [labarone@uol.com.br](mailto:labarone@uol.com.br)

**Palavras-chave:** reforma agrária, Projetos de Assentamento, Poder Público, organização  
**Área do Conhecimento:** VII – Ciências Humanas

A problemática da reforma agrária tem na gestão dos Projetos de Assentamentos (P.A's) um dos mais difíceis temas de discussão e atuação. Portanto, a possibilidade de avaliação dos agentes diretamente envolvidos na gestão dos projetos de assentamentos - técnicos governamentais ou não governamentais, lideranças políticas, outros mediadores e os próprios agricultores assentados – constitui-se num tema relevante para o estudo das políticas públicas de reforma agrária.

A reforma agrária é uma questão candente no debate político brasileiro e, levando-se em consideração o período que vem desde o primeiro governo civil após o golpe militar de 1964, projetos governamentais (do âmbito federal ou estadual) já assentaram - segundo os números oficiais - perto de meio milhão de famílias. Isso nos coloca como desafio entender como está se dando a gestão dos projetos de assentamentos rurais que contam com até mais de quinze anos de existência.

Há anos o governo federal procura atuar no sentido da emancipação dos projetos de assentamentos. No início da década de 90, o Projeto Lumiar tinha esse objetivo, porém, a execução de tal programa não foi levada a cabo. Recentemente, experiências como o Banco da Terra buscam dar mais autonomia aos trabalhadores assentados, desestatizando - por assim dizer - a reforma agrária. No entanto, o enquadramento dos P.A's já implantados nesse programa que prevê, inclusive, a compra da terra pelos interessados, se torna pouco provável.

O desenvolvimento de uma política pública para tais projetos envolve uma série de dificuldades relativas aos órgãos

responsáveis pelos P.A's, aos diferentes níveis de governo (União, Estados e Municípios) e à problemática mais eminentemente política da reforma agrária - iniciativa governamental pressionada por forte mobilização popular e de organizações não governamentais. No Estado de São Paulo, iniciativas do governo federal e do governo estadual promovem o assentamento de milhares de famílias. Em posições às vezes concorrentes, INCRA e ITESP (Instituto de Terras do Estado - órgão ligado à Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania responsável pelos P.A's estaduais) não apresentam grande capacidade de gestão dos projetos. A colaboração de outros agentes institucionais - como as Prefeituras, as Universidades e organismos não-governamentais - é fundamental para um melhor acompanhamento dessas populações assentadas, tanto na chamada esfera produtiva quanto na esfera reprodutiva.

No tocante aos agentes públicos, é crescente a importância atribuída aos municípios e às possíveis iniciativas de caráter regional que visem o desenvolvimento rural (CAMPANHOLA e SILVA, 1999). Mais especificamente, o desenvolvimento dos assentamentos também tem sido colocado como objetivo de políticas municipais e micro-regionais (BARONE e FERRANTE, 2002).

A intervenção de agentes institucionais oficiais do Estado e da União é uma das características que diferencia um projeto de assentamento (P. A.). Tal intervenção é eficiente nos assentamentos novos, onde tais agentes dedicam-se ao processo de instalação das famílias assentadas no terreno a ser ocupado. Com a superação dessa etapa de pré-assentamento,

fatores como gestão e organização - que certamente estão dentre os mais críticos para o desenvolvimento dos P.A's - não são contemplados pelos órgãos oficiais.

Embora o MST, por exemplo, desenvolva uma metodologia para tais projetos - sem dúvida um importante manancial de experiências piloto nessa área - mesmo suas iniciativas no Estado têm encontrado enormes dificuldades de viabilização. Com relação a uma metodologia a partir de organismos públicos, cita-se que o primeiro trabalho de elaboração do PDA (Plano para Desenvolvimento do Assentamento), projeto técnico tido como fundamental pelo INCRA na instalação dos P.A's, foi realizado somente no ano de 2000 e num único P.A. (Nova Conquista, nos municípios de Rancharia e Martinópolis), por uma equipe de pesquisadores da UNESP dos campi de Presidente Prudente e Marília (BARONE et al., 2000).

Mais além de uma discussão meramente econômica sobre a rentabilidade e produtividade dessas unidades de produção agrícolas, ou num debate quase sempre ideológico sobre o totem da reforma agrária (MARTINS, 2000), o estudo da evolução dos P.A's, em suas múltiplas dimensões é uma forma mais adequada de desenvolvimento de metodologia nessa área, que contemple os objetivos da reforma agrária, resumidos em garantir a sustentabilidade social (e, por isso, sustentabilidade econômica, cultural e ambiental) do grupo familiar na gleba em que foi assentado, propiciando a integração regional dos projetos e, em último nível, colaborando com o desenvolvimento sustentável do país.

As administrações municipais, cuja responsabilidade recai mais na chamada esfera econômica reprodutiva, vêem os P.A's como bolsões de pobreza - nas regiões mais ricas do Estado - ou clientela política a ser cativada - como na maioria dos municípios pequenos, onde o impacto fiscal da instalação dos P.A. aumenta significativamente a arrecadação da Prefeitura. Sua presença, no entanto é sempre importante: máquinas para a conservação de estradas e do solo, pequenas obras em lotes e micro-projetos que integram os assentados em programas desenvolvidos pela Prefeitura são iniciativas que ajudam na manutenção das famílias assentadas.

O "jogo de forças sociais no campo" do qual falam FERRANTE e SILVA (1986), encontra agentes bastante institucionalizados e definidos na administração pública. Em

permanente tensão com eles estão as classes sociais que organizam a produção econômica da região e seus representantes políticos, sempre em disputa pelo poder de definir os destinos políticos dessas populações assentadas. A classe específica de trabalhadores rurais participantes dos P.A's, sofre um dilema de categorização (FERRANTE: 1993b), buscando reconstruir suas identidades sociais a partir desse verdadeiro laboratório (BARONE: 1996).

O poder social - ou simbólico como define Bourdieu - é disputado por agentes sociais partícipes da realidade em questão, disputando o status em cada camada social e na esfera pública, ora discutindo projetos políticos de caráter mais ideológicos, ora garantindo algum desenvolvimento aos P.A's, sempre a partir dos interesses dos agentes. Constata-se, no entanto, que a problemática da gestão do P.A. não é explicitamente resolvida, recaindo, no mais das vezes, sobre a liderança dos trabalhadores mobilizados, como no caso paradigmático do MST - que, mesmo enfrentado a inércia dos órgãos oficiais e sendo oposição política ao atual governo federal, tem uma preocupação com o sucesso dos P.A's.

No caso do Estado de São Paulo, a posição ímpar do ITESP revela justamente o nó górdio da gestão dos P.A's, pois o órgão tem sido relativamente eficiente nas ações de regularização e implantação das famílias assentadas, mas poucos resultados obtém na busca do desenvolvimento sustentável das mesmas.

Como agente institucional governamental mais próximo do trabalhador, o técnico de campo do ITESP é de fundamental importância no desenvolvimento de um plano de gestão e desenvolvimento do P.A.. A situação precaríssima deste Instituto em termos de alocação nas esferas do governo - sua realidade burocrática (Barone:2000) - é um complicador a mais no contexto de tramas sociais e políticas no interior de um P.A. A força das lideranças locais nos P.A's - ou sua ausência - os embates de seus representantes diretos (sindicalistas, líderes associativistas, militantes em geral) com representantes políticos de outros interesses (notadamente os patronais) e com os agentes governamentais - que mais do que um posicionamento ideológico nítido *ex-ante*, têm diferentes interações com os poderes locais, regionais e nacionais e modulam seus discursos e ações (mais discursos do que ações, diga-se de passagem) por essas múltiplas injunções - têm

como eixo a problemática do planejamento e gestão dos P.A's.

A região denominada de Pontal do Paranapanema é caracterizada pelos conflitos fundiários e pela forte intervenção do governo estadual na promoção de assentamentos de trabalhadores rurais (FERNANDES, 1996). Dentre os vários municípios que compõem o Pontal – ou mais precisamente, a 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo – o município de Presidente Venceslau tem se destacado, nesta atual gestão municipal (2001-2004), por suas iniciativas voltadas para o desenvolvimento rural e, mais especificamente, ao desenvolvimento dos assentamentos instalados no seu território.

O município de Presidente Venceslau está situado no Planalto Ocidental Paulista, no extremo sudoeste do Estado, contando com uma população de pouco mais de 20 mil habitantes, tendo quatro Projetos de Assentamentos em seu território:

- P.A. Primavera, com aproximadamente 126 famílias;
- P.A. Tupãciretã, com aproximadamente 72 famílias;
- P.A. Radar, com aproximadamente 29 famílias;
- P.A. Sta. Maria, com 17 famílias.

Embora com diferentes tempos de existência (os dois primeiros e maiores são de 1996), a situação desses projetos é semelhante em termos de carência de recursos para o desenvolvimento de atividades produtivas e de demandas junto ao Poder Público Municipal. A região de Venceslau, após um período de forte desenvolvimento agrícola, sobretudo através da cultura do algodão, vive algumas décadas de estagnação, tendo apenas desenvolvido a pecuária de corte – característica de toda a região conhecida como Pontal do Paranapanema.

O presente trabalho tem como principal objetivo avaliar, através da mobilização dos agentes institucionais, os efeitos e direções do desenvolvimento dos P.A's em questão. Como afirma Cernea (1995), os efeitos multidirecionais do desenvolvimento desses assentamentos levam a um processo de integração, desintegração e reintegração no tecido sócio-espacial onde foram implantados. Na realidade empírica escolhida para o trabalho, esses agentes são:

- o Poder Público Municipal (a Prefeitura e seus departamentos, na medida em que

eles se envolvem com as demandas dos assentamentos);

- o ITESP, órgão público estadual promotor dos assentamentos da região e mantenedor da assistência técnica aos mesmos;
- o Sindicato dos Empregados Rurais Assalariados, órgão de classe dos trabalhadores rurais, que desenvolve uma atuação de liderança e apoio aos assentados;
- o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, órgão colegiado que reúne os agentes institucionais e discute as políticas públicas voltadas para os assentamentos (e demais empreendimentos rurais do município).

Temos ainda como objetivos a análise institucional dos agentes oficiais envolvidos no estágio atual de desenvolvimento dos P.A's; e a análise do discurso desses agentes em suas iniciativas junto aos P.A's

A análise institucional é uma metodologia qualitativa derivada da etnografia. Sua proposta é levantar a estrutura e função do corpo social objeto de estudo. Basicamente, o acompanhamento cotidiano desses agentes em operação, através da observação participante, somado ao estudo dos documentos produzidos pelos mesmos, possibilita uma boa visão da organização das agências institucionais presentes na realidade dos assentamentos, no período coberto pela pesquisa. O corte temporal dessa investigação vai da instalação desses P.A's, no ano de 1996, até os anos 2003/2004.

Além da análise de documentos e da observação participante, elenca-se como método a tomada de depoimentos de agentes, sempre que isto se mostrar necessário para o esclarecimento de pontos relevantes à investigação. A partir dos depoimentos tomados (gravados), proceder-se-á à análise dos discursos dos distintos agentes, objetivando identificar suas posturas políticas e os elementos simbólicos/ideológicos que as sustentam.

Cabe ainda salientar que o trabalho encontra-se em sua fase inicial de desenvolvimento, sendo que até o presente momento já foram realizadas diversas visitas aos P.A's e uma minuciosa revisão bibliográfica acerca da temática em questão.

#### Bibliografia

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento**

**contemporâneo** (texto de discussão), IPEA, RJ/Brasília, 1998.

BARONE, L. A. **Revolta, conquista e solidariedade: A economia moral dos trabalhadores rurais em três tempos** (Dissertação de Mestrado), Araraquara, FCL/UNESP, 1996.

\_\_\_\_\_. Assistência técnica aos assentamentos de reforma agrária: da política reativa ao vazio de projeto - o caso do Estado de São Paulo (Brasil), Rio de Janeiro, **Anais do X Congresso Mundial de Sociologia Rural e XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, 2000.

BARONE, L. A. e FERRANTE, V. L. S. B. Conflitos e ambigüidades: Balanço de uma década do sindicalismo rural paulista (1984-1994),. In: **Reforma Agrária (Revista da ABRA)**, no. 3, vol. 24, 1994.

\_\_\_\_\_. "Assentamentos ruraux et pouvoir local: les tendances de la décentralisation de la Réforme Agraire". In: **Cahier des la recherches sur le Brésil Contemporain**, Paris, 2002.

BARONE, L. A., FERNANDES, B. M., SIMONETTI, M. L. "Assentamentos rurais e Desenvolvimento sócio-econômico: notas de uma atividade de intervenção". In: **Retratos de Assentamentos**. (v.6, n.8), Araraquara, FCL/UNESP, 2000.

CAMPANHOLA, C. E SILVA, J. G. "Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro; incorporando a noção de desenvolvimento local". In: **Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, SOBER, 1999.

CERNEA, M. **Social integration and population displacement - the contribution of Social Science**, UNESCO, Oxford/Cambridge (UK/USA), 1995.

FERNADES, B. M. **MST: Formação e Territorialização**. S. P., Ed. Hucitec, 1996.

FERRANTE, V. L. S. B. (org.) **Retratos de Assentamentos**, números 01 a 07, Araraquara, NuPeDoR-FCL/UNESP, 1994 a 1999.

\_\_\_\_\_. Assentamentos rurais como celeiros de cana: opção de desenvolvimento? In: **Anais do XXI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, Ilhéus, 1993, pp. 143-151.

\_\_\_\_\_. Nem proletário, nem proprietário - a complexa constituição de ser assentado. In: **Anais da 45ª. Reunião Anual da SBPC**, Recife, 1993b.

FERRANTE, V. L. S. Botta e SILVA, M. A. M. "A política de assentamentos rurais do Estado de São Paulo: o jogo de forças sociais no campo" In: **Revista Perspectiva**, vol. 11, São Paulo, UNESP, 1988.

INCRA. Plano de Desenvolvimento Sustentável de Assentamento da Reforma Agrária - roteiro e orientações básicas para formulação. In: **Programa de Cooperação Técnica INCRA/IICA** - Brasília, 1998.

MARTINS, J. S. **Reforma Agrária – O impossível diálogo**, S. Paulo, EdUSP, 2000.

MEDEIROS, L. S. e LEITE, S. (orgs.) **A formação dos assentamentos rurais no Brasil** - processos sociais e políticas públicas, Porto Alegre, Editora da Universidade (UFRGS), 1999.